

Literaturas de Autoria INDÍGENA



DANGLEI DE CASTRO PEREIRA
LUZIA APARECIDA OLIVA
(ORGS.)

Literaturas de Autoria INDÍGENA



DANGLEI DE CASTRO PEREIRA

LUZIA APARECIDA OLIVA
(orgs.)

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores .
[1a edição]



Elaboração e informações

Universidade de Brasília
[Instituto de Letras, Campi Darci Ribeiro]
[Departamento de Teoria Literária e Literaturas]
Campus Universitário Darcy Ribeiro, [L2 , 240] CEP: [79910-900] Brasília - DF, Brasil
Contato: (61)3107-7700 Site: www.unb.br E-mail: danglei@unb.br

Conselho Editorial:

Adriana Lins Precioso – UNEMAT
Antonio Aparecido Mantovani - UNEMAT
Ana Crélia Dias – UFRJ
Lucilene Machado Garcia Arf - UFMS
Lucilo Antonio Rodrigues – UEMS
Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS
Susanna Busato – UNESP
Wellington Furtado Ramos – UFMS

Editora:

Universidade de Brasília
Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Equipe técnica:

Capa: Samuel Moura Andrade
Criação: Samuel Moura Andrade
Fotos: Waraxowoo'i Maurício Tapirapé
Projeto gráfico e diagramação: Samuel Moura Andrade



P436 Pereira, Danglei de Castro

Literaturas de autoria indígena / Danglei de Castro Pereira; Luzia Aparecida Oliva (orgs.).
– Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas,
2022. 143 p. : il

Inclui bibliografia.

ISBN: (físico) 978-65-89350-05-7

ISBN: (digital) 978-65-89350-04-0

1.; Literatura – Estudo e ensino. 2. Etnoliteraturas. 3. Educação Básica – Brasil. I.
Título.

CDU



[...] a maior contribuição que os povos da floresta podem deixar ao homem branco é a prática de um ser uno com a natureza interna de si. As tradições do Sol, da Lua e da Grande Mãe ensinam que tudo se desdobra de uma fonte única, formando uma trama sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se conecta a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito só pode ser compreendido por meio do coração, ou seja, da natureza interna de cada um. Quando o humano das cidades petrificadas largar as armas do intelecto, essa contribuição será compreendida. Nesse momento, entraremos no ciclo da unicidade, e a terra sem males se manifestará no reino humano.

(JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio, 2020, p.64)

ÍNDICE

NOTA AO LEITOR

PARTE I - ARTIGOS

PELOS IGARAPÉS DA ESCRITA LITERÁRIA INDÍGENA -----

----- *Luzia Aparecida Oliva*

CULTURA DE UM POVO: A CIÊNCIA E AS ARTES DE UMA OMÁGUA-KAMBEBA -----

----- *Luiz Renato de Souza Pinto*

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM PROJETOS E PRESEPADAS DE UM CURUMIM NA AMAZÔNIA, DE EDSON KAYAPÓ -----

----- *Leila Sílvia Sampaio*

O PERCURSO DA IDENTIDADE EM OLHO D'ÁGUA: O CAMINHO DOS SONHOS DE RONI WASIRY GUARÁ -----

----- *Delma Pacheco Sicsú*

LITERATURA INFANTIL INDÍGENA E OS SABERES DA ANCESTRALIDADE: NO CAMINHO DA ALDEIA, COM OLÍVIO JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU -----

----- *Rosana Rodrigues da Silva*

A POÉTICA INDÍGENA FEMININA DE POTIGUARA, GRAÚNA, KAMBEBA E TABAJARA -----

----- *Rosivânia dos Santos*

PARTE II - ENTREVISTAS

COM A PALAVRA, JULIE DORRICO: A LITERATURA INDÍGENA E SEUS CONTORNOS -----

----- *Julie Stefane Dorrico Peres, Leila Sílvia Sampaio*

LITERATURA E ATIVISMO DE EDSON KAYAPÓ E ALINE NGRENHTABARE L. KAYAPÓ -----

----- *Edson Kayapó, Aline Ngrenhtabare L. Kayapó, Leila Sílvia Sampaio*

NOTA AO LEITOR

Os artigos e as entrevistas que compõem este e-book são resultados das ações do projeto de pesquisa O escritor nativo por ele mesmo: literatura e representação (2020-2022) desenvolvido na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – campus de Sinop, sob a coordenação da Profa. Luzia Aparecida Oliva.

O objetivo do projeto, já concluído, consistiu em divulgar, ler e debater acerca da produção literária de autoria indígena no Brasil e ampliar seu alcance. Assim, as obras foram lidas por estudantes de graduação e pós-graduação, professores do Ensino Básico e Superior, de diversas instituições, entre elas, UNEMAT, UnB, UEA que contribuíram de maneira significativa na divulgação de autores e obras. Os encontros virtuais (Plataforma Google Meet) possibilitaram o acesso a muitos profissionais da educação que não poderiam participar se fossem realizados de maneira presencial. Isso também se justifica em virtude da pandemia que impôs outros caminhos tecnológicos a serviço da pesquisa e extensão.

Estamos certos de que o projeto cumpriu sua finalidade socioeducacional e, agora, torna público o resultado por meio de artigos de pesquisadores e entrevistas com escritores indígenas. Registra-se o agradecimento aos envolvidos que fizeram esse percurso de leitura e se propuseram a manter viva a tradição dos povos originários pelas histórias narradas e pelas vozes autorais.

Agradecimento ao Prof. Waraxowoo'i Maurício Tapirapé que, gentilmente, cedeu as fotos de seu acervo para que compusessem a capa. São registros do interior da cultura de seu povo. Por meio dessas imagens, dedicamos este trabalho aos povos originários que, desde a invasão, lutam incansavelmente pela Mãe Terra.

Os organizadores

PARTE I

ARTIGOS

Vale lembrar que a literatura indígena - [...] – nasceu com o primeiro sopro vital e criador. Foi crescendo Palavra e se transformando em escrita mais recentemente. Talvez possamos pensá-la em um movimento de transição em que oralidade e literatura criaram uma simbiose tamanha incapaz de haver separação ou anulação de uma pela outra. Quero dizer com isso que a literatura não apaga a oralidade ou vice-versa. As duas se complementam, se fundem no mesmo movimento do espiral que junta passado e presente como um método pedagógico que se atualiza constantemente.

(MUNDURUKU, Daniel. Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores. 2017, p. 122)

LITERATURA INFANTIL INDÍGENA E OS SABERES DA ANCESTRALIDADE: NO CAMINHO DA ALDEIA, COM OLÍVIO JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU

Rosana Rodrigues da SILVA

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

rosana.silva@unemat.br

O pássaro, feliz, pousou no braço da anciã e ela o levou para sua casa, a fim de mostrar a todos os que habitavam naquele lugar o grande achado, a preciosidade daquele momento: a ancestralidade de seu povo ¹

(Eliane Potiguara)

Introdução

Neste estudo, buscamos discorrer acerca da literatura infantil indígena e a sabedoria ancestral que caracteriza e enriquece essa literatura nos livros: Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena (2011), de Olívio Jecupé, e Um dia na aldeia, uma história mundurucu (2012), de Daniel Munduruku. As obras infantis de escritores indígenas, além do prazer estético e do exercício do imaginário que podem provocar no leitor, trazem a marca do ativismo que revela o comprometimento que seus autores possuem com a divulgação e a preservação da cultura originária.

Em Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena, Olívio Jecupé nos apresenta a descoberta da vida na aldeia guarani, pelo olhar do não-índio, um menino da cidade, que é escolhido para ser o foco desta narrativa. Por meio de seu olhar admirado vamos visualizar o espaço da alteridade. Já em Um dia na aldeia, uma história mundurucu, de Daniel Munduruku, ficamos conhecendo a rotina na aldeia pela perspectiva de um menino indígena, Manhuari, que aprende sobre sua cultura e vai conhecendo os saberes ancestrais que o farão viver em harmonia com a natureza. Nas duas obras temos a criança como protagonista desse conhecimento e a vida na aldeia como um espaço de aprendizagem e vivência da ancestralidade. A ilustração de Maurício Negro, nas capas dos dois livros, prestigiando cores da terra e elementos da paisagem, cria uma plasticidade sugestiva e simbólica das culturas representadas.

Conhecer o contexto em que se enraíza a literatura indígena importa para que possamos compreender a contextualização dessa literatura, como parte de um sistema literário, dialogando e modificando a forma de escrita literária para crianças.

A literatura indígena nos propicia conhecer histórias, hábitos e costumes dos povos nativos e nos leva a valorizar essa cultura, em contexto escolar e extraescolar, fora da aldeia; nas relações étnico-raciais, na convivência

1 POTIGUARA, E. O pássaro encantado. São Paulo: Jujuba, 2014

com a diversidade, no cuidado com a natureza, considerando as relações socioambientais e desenvolvendo a consciência ecológica. A criança que tem acesso à literatura infantil indígena, quer seja por meio de programas de livros do governo, quer seja pela iniciativa de grupos de estudos e/ou projetos de professores que desenvolvem pesquisa-ação em escolas públicas², tende a aprender e praticar o respeito à diversidade pluriétnica.

A literatura infantil indígena

A literatura infantil que vemos publicada ao longo do século XIX e em boa parte do século XX não se libertou do veio colonialista, ao privilegiar uma perspectiva patriarcal, centrada na temática da família exemplar, voltada à moralidade, à correção do comportamento infantil e à indiferença a temas que abordem as relações étnico-raciais.

O processo de formação do gênero para crianças se deu em um período de transformações políticas, momento de independência do país, em que podemos entrever um projeto nacional e pedagógico. Seguindo a literatura de cunho moralista e patriótica, no Brasil, a produção para infância de autores, como as de Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida, busca formar o pequeno cidadão, construindo narrativas imbuídas de imagens idealizadas da paisagem brasileira e da idealização do comportamento da criança.

A revolução propiciada pela literatura lobatiana intervém nesse contexto, tornando o espaço rural, figurado na imagem do sítio, espaço fantástico e propício a aventuras³, um lugar comum frequentado pelos personagens da literatura infantil. No entanto, mesmo este cenário renovado não inclui o espaço de florestas com personagens indígenas que possam auxiliar na composição do universo imaginário infantil.

A história da literatura infantil, contada pelo colonizador, eurocêntrica e monocultural, privilegiou o universo europeu de contos de fadas. Os recontos mantiveram a imagem da floresta assustadora; esconderijos de bruxas que se alimentam de crianças; e incluíram personagens indígenas no papel de antagonistas. De acordo com o estudo da pesquisadora Alice Martha,

A literatura infantojuvenil, até recentemente, não permitiu ao índio o desempenho de papéis significativos e uniformes na construção do imaginário de crianças e jovens. Em meados do século XX, surgem várias narrativas com personagens indígenas, mas, na maioria dos casos, como observam Lajolo e Zilberman (1984), eles são os antagonistas, obstáculos ao sucesso da empreitada branca de colonização, compõem a natureza que deve ser domada. Apenas Corumi, o menino selvagem (1956), de Jerônimo Monteiro, procura fugir das imagens estereotipadas com que os escritores inseriam tais elementos na literatura infantojuvenil brasileira, inclusive, As aventuras de Tibicuera (1937), narrativa de Érico Veríssimo que, apesar da voz narrativa indígena, mantém os estereótipos já apontados na representação literária dos povos da floresta (MARTHA, 1999, p.328)

2 Tivemos a oportunidade de orientar projetos de professoras do PROFLetras e do PPGLetras (programas de mestrado da UNEMAT, do campus de Sinop-MT, norte do Estado) que desenvolveram pesquisas com a literatura infantil indígena em sala de aula ensinando o respeito à diversidade e à cultura indígena.

3 Do qual o exemplo mais popular é a obra de Monteiro Lobato, em Sítio do Pica Pau Amarelo, série de narrativas para crianças que têm início em 1921, com o livro Narizinho Arrebitado.

O antagonismo no tratamento dispensado ao indígena coincide, propostadamente, ao papel antagônico imposto à paisagem da natureza selvagem, confluindo com o modelo de comportamento, com o qual a criança deve se identificar, submissa à ordem e receptiva ao autoritarismo adulto.

A literatura infantil, na dicotomia do lúdico e do pedagógico, como uma literatura para ensinar ou divertir, possui uma história que a descreve como uma produção formativa, que nasceu para atender à escola, no contexto de uma sociedade burguesa, conforme mostra Lajolo e Zilberman (2007). A literatura infantil de autoria indígena também possui um compromisso, não com as instituições, mas com a representação étnica e com a expressão de uma voz até então silenciada na academia brasileira. Seu aspecto cultural volta-se para informar e ensinar sobre a cultura indígena, bem como propiciar o prazer estético na leitura do saber ancestral.

Ainda que alguns escritores não façam distinção entre as literaturas destinadas a um público infantil ou adulto, as narrativas para crianças acabam por apresentar histórias com maior cunho de fantasia e aventura, como também apresentam ensinamentos, lições a serem aprendidas pela criança, dialogando com a literatura infantil não indígena em diversos aspectos.

Em entrevista, concedida às professoras Dra. Luzia Aparecida Oliva e a Ma. Leila S. Sampaio, o escritor Olívio Jecupé afirma que suas histórias estão direcionadas para crianças, jovens e adultos, e que a classificação quando ocorre é mais para atender a pedidos de editoras que necessitam especificar seus grupos de leitores:

Somos povos da oralidade e sempre contamos nossas histórias, sem classificar os ouvintes. O contador é ouvido por crianças, jovens e adultos. Encontro dificuldade quando entrego meus textos para as editoras, pois preciso manobrar a escrita para conseguir a publicação, seguindo as regras de fora que, às vezes, é difícil para nós. Vou dar um exemplo de um dos nossos costumes. Na casa de reza, todos, crianças, jovens e adultos fumam o cachimbo, mas é nossa cultura que é totalmente diferente da cidade. Penso que é preciso respeitar nossa cultura que é contada nas histórias, mas esse exemplo que citei, essa forma diferente de viver, nossas crenças, acaba sendo um fator que preocupa as editoras (JECUPÉ, 2021, p. 481)

Uma temática apreciada nessas obras e que vemos em constância maior na literatura produzida para crianças é o saber ancestral. A vida em aldeia nas narrativas indígenas para crianças torna memorável este modelo de vida em comunidade. Assim, a composição que privilegia a oralidade, tende a se especificar na recorrência de termos indígenas, na descrição de personagens crianças nativas, na narrativa de aventuras, plena de animismo e excursão pela floresta.

Embora sempre tenha existido uma literatura indígena, justamente por tratar-se de oralidade ancestral, o reconhecimento acadêmico e o estudo dessa literatura somente vão ocorrer quando se percebe uma alta na produção, na década de 90. A primeira publicação de autoria indígena foi o livro *Antes o mundo não existia* (1980), dos autores indígenas, Umúsin Panlõn Kumu e Tolmãn Kenhíri. De acordo com a pesquisadora Alice Martha, o livro “narra a história da criação do mundo, conforme o mito desana,

povo do Alto do Rio Negro, na Amazônia, abrindo o caminho para inúmeros”⁴. Já a primeira publicação direcionada a crianças e jovens vai ocorrer somente em 1996, com o livro de Daniel Munduruku, **Histórias de índio**⁵. Nessa obra, o autor apresenta, por meio de gêneros diversos (contos, crônicas, informações, depoimentos, desenhos) a diversidade étnica e como a sociedade percebe o indígena.

Os saberes ancestrais que são representados nos livros indígenas para crianças não devem ser lidos como meras curiosidades sobre a cultura alheia; mas devem ser compreendidos como modos de organização e representatividade. Sobre o alcance da literatura indígena para crianças, a pesquisadora e descendente do povo macuxi, Julie Dorrico afirma:

Ao desmistificar desde cedo pelo livro indígena as imagens pejorativas cimentadas ao longo dos séculos, as crianças e os educadores não indígenas poderiam (e podem) aprender a respeitar a diversidade pluriétnica. Por isso, a literatura indígena infantojuvenil dá-se a conhecer via narrativa: na descrição do cotidiano, dos modos de vida tradicionais, da história das organizações sociais, das crenças, das lutas políticas, indo por outro caminho que não a famigerada armadilha do exótico, que os lança ao passado e os proíbe de desfrutar o presente.

(<https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/literatura-infantojuvenil/ouvir-a-diferenca>. Acesso em 02 fev. 2022.)

A apresentação de temas da cultura indígena, com seu universo de lendas e animismo, pode equivocadamente levar à classificação de que toda literatura indígena esteja voltada a um público infantil. Este pensamento equivocado vem, segundo Dorrico (2020), da “matriz colonialista” que associa a identidade indígena “ao estado anterior à civilização”, atribuindo menoridade aos sujeitos nativos.

As pesquisas acerca dessa produção refletem, inicialmente, acerca da definição do termo. De acordo com o glossário CEALE, explicado por Novais:

Em perspectiva restrita, a expressão Literatura Indígena tem sido utilizada para designar aqueles textos editados e reconhecidos pelo chamado sistema literário (autores, público, críticos, mercado editorial, escolas, programas governamentais, legislação), como sendo de autoria indígena (NOVAIS, 2014).

A pesquisa de Janice Thiél (2013) diferencia didaticamente a literatura de temática indígena, ao explicar que o termo indianista está ligado ao período romântico brasileiro, em que se buscava construir uma identidade nacional, com autores empenhados em representar, de modo europeizado, o nativo; enquanto as obras indigenistas, também produzidas por não índios, tematizam ou reescrevem narrativas indígenas. A literatura indígena, por sua vez, é produzida por autores indígenas, com uma interação de multimodalidades; tendo, além da palavra, a presença de ilustrações, grafismos, elementos rítmicos e performáticos. Contudo, há autores indígenas

4 <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/3.pdf>. Acesso em: outubro de 2021.

5 O livro foi reeditado pela editora Companhia das Letrinhas em 2016.

que preferem outras formas de definir sua literatura. Em entrevista, Olívio Jecupé afirmou:

Somos várias nações e cada nação escreve do seu jeito, seguindo seus costumes, sua cultura, por isso não tenho o costume de falar literatura indígena, gosto de falar que escrevemos literatura nativa (2021, p.474)⁶

Seja literatura indígena, de autoria indígena ou nativa, essa forma de representação artística e cultural assume uma voz ativista que procura desconstruir o discurso do colonizador, a fim de recolocar a voz indígena em seu lugar de destaque, de protagonismo e formação de um país. Segundo a pesquisa da decolonialidade, o processo da colonização, como comprova Julie Dorrico, representou o indígena conforme seus interesses.

A colonização precisa, por conseguinte, para justificar-se como tarefa de humanização, de civilização e de incremento moral, fundamentar a menoridade do sujeito a ser colonizado, e isso significa: precisa deslegitimá-lo em sua condição e silenciá-lo e invisibilizá-lo como voz pujante, como sujeito ativo, como energia vital, diminuindo-o e reduzindo-o à animalidade, à selvageria ou à anormalidade, no mesmo momento em que o esconde dos olhos do público, em que se o despersonaliza e o despolitiza como sujeito que pode ser visto e agir à luz do dia, como um/a igual (2020, p. 64).

A literatura que nasce desse processo de colonização tende a apresentar o indígena ora como ser heroico, o bom selvagem, acolhedor, que aceita a vinda do estrangeiro e se submete ao processo colonizatório; e ora como o selvagem canibal, agressivo, justificando a necessidade de sua catequização e de uma educação para o trabalho.

Com o objetivo de compreender como se dá a representação do indígena na formação do sistema literário brasileiro, a pesquisa de Luzia Aparecida Oliva esclarece que a figuração do indígena está adequada à forma como o colonizador deseja vê-lo, de acordo com seus interesses religiosos e políticos:

Da Literatura de Informação aos textos produzidos posteriormente, o indígena foi tecido em diversas estampas. Os jesuítas, Anchieta e Vieira, produziram em seus textos as marcas mais profundas de aculturação, tecidas pelos fios político e missionário, nos quais se prendem, concomitantemente, a luta entre o poder religioso e os proprietários de terras, como também a urgência de transfiguração do homem natural, supostamente sem religião, em cristão converso (2009, p. 18).

Tanto em obras indianistas do romantismo brasileiro, quanto em obras contemporâneas, o retrato do indígena, na maioria das vezes, acaba por obedecer a um projeto civilizatório e expansionista de colonizadores e neocolonizadores.

A pesquisa de Julie Dorrico reconhece na literatura indígena a expressão de uma “voz-práxis direta, carnal, política e politizante, assumida por esse mesmo indivíduo-grupo” (2020, p. 61). Pensada dessa forma, essa literatura discriminada em sua autoria busca, sobretudo, reafirmar a identidade in-

6 Entrevista concedida às pesquisadoras Luzia Aparecida Oliva e Leila S. Sampaio para a Revista Cerrados, Brasília, n. 55, p. 472-481, mai, 2021.

dígena e pôr em prática o ativismo político. A voz do subalterno, tido como o grupo marginalizado, somente poderia se manifestar e se autorrepresentar deste modo, como um “sujeito político-epistêmico extemporâneo” (DANNER et al., 2020, p. 61).

A produção de autoria indígena foi incentivada, em especial, por alguns programas de políticas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, houve maior preocupação com programas integrados de ensino e pesquisa para a valorização da história e da cultura dos povos indígenas.

Além de oportunizar ao leitor o conhecimento da cultura nativa, a literatura indígena assume o poder da autorrepresentação. Embora excluída do cânone e das instituições legitimadoras, essa literatura sempre esteve presente nas comunidades indígenas, compondo parte da tradição que acompanha a vida dos nativos. A publicação da literatura indígena tornou possível a professores e alunos, não-índios, conhecerem lendas, mitos, cantos, desenhos e grafismos de uma cultura autóctone; ao passo que possibilitou aos povos nativos exercerem o direito à difusão de sua expressão artística e cultural.

Conforme assinala a pesquisadora Graça Graúna, a literatura indígena tornou-se instrumento de luta e sobrevivência, que deve garantir os “direitos dos povos indígenas de expressar seu amor a terra, de viver seus costumes, sua organização social, suas línguas e de manifestar suas crenças”; direito reivindicado na “literatura-assinatura de milhões de povos excluídos” (2009)⁷.

Como parte de um sistema cultural mais amplo, a literatura de autoria indígena representa a identidade de um povo, compondo-se por meio de características que a singularizam, na medida em que também dialoga com a literatura não indígena. Desse modo, a literatura de autoria indígena tem seu espaço no polissistema literário brasileiro, ocupando o espaço da narrativa de resistência e luta dos povos nativos. A ideia de um polissistema auxilia a entender, juntamente com o crítico israelense Even-Zohar (2013), que a literatura é plural; ela não se forma por um tema estanque ou por um conjunto de identidades de autores, mas sim pela pluralidade, pela diversidade e pela interação de formas e vozes. Os repertórios canonizados sofrem a ação de autores e obras não canonizados que frequentemente ameaçam substituí-los, induzindo-os a novas formas (2013, p. 08).

Questões referentes à oralidade, à composição breve, à linguagem simples, à composição de personagens crianças, à apresentação do mundo fantástico e do animismo, ao mundo da fábula e das lendas, à temática da aventura, à excursão por florestas são alguns pontos de diálogos que comunicam um repertório comum que define a literatura contemporânea para crianças, de autoria indígena ou não. Contudo, as particularidades da literatura de autoria indígena devem ser buscadas na promoção do “ativismo estético-político” (DORRICO, 2020, p.62) que faz dos autores porta-voz de seu grupo, sua etnia, compartilhando os saberes ancestrais de sua comunidade pela perspectiva de quem os vive, interferindo na forma como o

7 GRAÚNA, G. O direito à literatura indígena. <https://ggrauna.blogspot.com/2009/04/o-direito-literatura-indigena.html>. Acesso: fevereiro de 2022. O artigo é composto por um trecho da tese de doutorado da pesquisadora, defendida em 2003.

leitor deve olhar para as comunidades indígenas, como deve olhar para a história já escrita.

Os saberes da ancestralidade na literatura infantil indígena.

Os saberes ancestrais indígenas compõem um campo vasto de tradições formado por conhecimentos diversos que são repassados entre gerações. Saberes acerca da natureza, dos animais; da língua; da religiosidade, dos ritos, músicas e danças; das narrativas; das pinturas, desenhos e grafismos, compõem a riqueza e diversidade da cultura indígena e podem orientar a educação da sociedade não-indígena.

A valorização da sabedoria ancestral caracteriza as narrativas indígenas e modela a voz compromissada dos autores em sua práxis do ativismo. Entre as obras de autores que estão comprometidos com esse “ativismo estético-político” e que produzem literatura infantil, selecionamos para estudo livros de Olívio Jecupé, Daniel Munduruku que apresentam o cotidiano na aldeia.

Considerado um dos nomes mais importantes da literatura nativa, Olívio Jekupé, da tribo guarani, é o autor de Tekoa, conhecendo uma aldeia indígena (2011), com ilustração de Maurício Negro. Nela, temos a história de um menino não índio que vai conhecer o dia a dia de uma aldeia indígena. Tekoha, o nome da aldeia, que significa “terra/território/natureza/lugar onde seja possível viver bem”, remete ao espaço garantido para o cultivo, caça e coleta, espaço em que o saber ancestral ganha formas e voz.

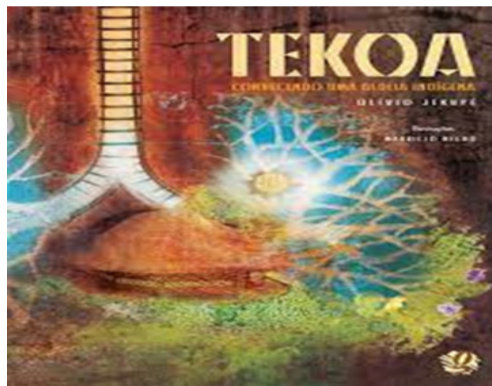
Nesse território, que também é simbólico, o menino irá conviver por um curto tempo com as crianças indígenas, na companhia do menino Mirim, filho do cacique. São muitas as experiências novas nesse período; desde cortar lenha, experimentar carne de caça de animal selvagem e banana verde frita; distinguir o canto de diferentes pássaros; conhecer as árvores; pitar fumo de corda. Os segredos da aldeia são compartilhados com o menino da cidade. Saber que as cigarras morrem cantando; vivenciar o breu da noite na aldeia; dormir em um espaço sem barulho, apenas com o canto dos pássaros; aprender as danças dos rituais da casa de reza (opy); são todas experiências inacessíveis ao menino da cidade. Vivenciar a territorialidade do outro propicia o conhecimento de parte dos saberes ancestrais. Ao voltar para a cidade, Carlos pode comparar os dois espaços e reconhecer que não-índios têm muito a aprender com indígenas. Desta experiência, o menino narrador

Aprendi a acender uma fogueira, fritar paková verde, assar pão na brasa, usar arco e flecha, fazer armadilhas para caçar animais e apinhar aves, identificar espécies de árvores que fornecem remédios. Percebi que tal conhecimento jamais me abandonaria, porque tinha se convertido em sabedoria. Muito útil nas coisas práticas e essenciais da vida (2005, p. 26)

O saber ancestral dos guaranis, transmitido pelas experiências relatadas dos mais velhos, está arraigado nas ações cotidianas da aldeia e é reproduzido em muitas ações dos povos da cidade.

A cultura guarani tem uma participação decisiva na formação do Brasil. São contribuições na culinária, na língua, na topografia e compreensão do território, e uma série imensa de costumes dos brasileiros de modo geral (MANEVY, 2010) .⁸

A análise da capa do livro, ilustrado por Maurício Negro⁹, mostra uma aldeia (a tekoa), vista do alto, rodeada ao fundo pelo verde de matas e, ao lado, pelo azul de águas. A estrada que se divide em dois caminhos representa o percurso do menino Carlos que opta pelo caminho da aldeia, centralizada na página. A predominância de tons terrosos remete à tekoa, entendida não somente como um lugar, um espaço geográfico, mas como uma natureza e morada de um povo. Os enraizamentos que partem da grande oca representam os caminhos que se cruzam e o entorno da aldeia, caminhos que, visto à distância, mostram como a aldeia compõe um organismo vivo em que a vida se reflete nos saberes ancestrais.



(capa da obra Tekoa, ilustração de Maurício Negro)

Escritor e ativista engajado no Movimento Indígena Brasileiro, Daniel Munduruku possui mais de 56 livros publicados, classificados como literatura infanto-juvenil e paradidáticos. Suas obras foram, em sua maioria, premiadas e receberam selo Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ¹⁰. Em Um dia na aldeia, uma história munduruku (2012), ilustrado também por Maurício Negro, temos apresentado o cotidiano do menino Manhuari. A rotina na aldeia é narrada, não apenas como uma série de afazeres, mas como formas de um ritual, como por exemplo, acordar muito cedo e tomar o primeiro banho no córrego. A mãe, a Ixi sábia, explica ao curumim que:

o banho matinal é para tirar da gente as coisas ruins que a noite pode trazer. Além disso, repetir as mesmas ações sempre nos ajuda a ficar atentos às coisas que podem nos surpreender – dizia ela com um riso nos lábios (MUNDURUKU, 2012, p. 4)

A figura do adulto, orientando e transmitindo os saberes ancestrais, dá-se pela presença constante da mãe, do pai ou do avô. Com o pai, “grande caçador mundurucu”, Manhuari aprende sobre a importância e o simbolismo do sonho na vida na aldeia. Enquanto os meninos se preparavam para aprender a caçar, as meninas são preparadas para o ritual da maioridade,

8 MANEVY, Alfredo. Terras Indígenas no Brasil. Site: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em fevereiro de 2022.

9 Maurício Negro é também escritor, designer e pesquisador. Atua como gestor e consultor de projetos com temas culturais, socioambientais e identitários, referentes à diversidade brasileira. Foi premiado com White Ravens, o NOMA, o prêmio Jabuti, entre outros. Site: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=05809>. Acesso: 02 fev. 2022.

10 Informações do site do escritor. Disponível em <http://danielmunduruku.blogspot.com/p/daniel-munduruku.html>. Acesso em 2 fev.2022.

momento em que devem assumir seus deveres; cuidar da casa, do corpo; preparar refeições; extrair perfume da árvore; preparar-se para o rito do casamento, bem como são preparadas para entrar em contato com os espíritos da floresta.

Com o pajé, os caçadores são lembrados para matarem somente o que necessitam para se alimentar; devem abater os bichos que precisam para alimentar os seus corpos e preservar os demais animais. Por isso poderiam matar somente a quantidade de bichos que coubessem em sua bolsa. Essa aprendizagem repassada às crianças da aldeia ilustra a consciência ecológica dos povos indígenas. Em suas atividades cotidianas, a vivência do rito garante a proteção da natureza:

Todos iriam para uk'a preparar o jantar depois de um dia de muito trabalho, jogos e brincadeiras. Era o momento de todos se reunirem para uma deliciosa refeição capaz de unir as famílias em uk'a. A tradição dizia que, se assim fosse feito, cada membro contribuiria para manter o céu suspenso (MUNDURUKU, 2012, p. 16).

A narrativa encerra com o menino Manhuari adormecido, embalado pelo canto do avô que “começava um canto muito antigo – sinal de que iria contar uma história da origem do mundo” (MUNDURUKU, 2012, p. 18).

A ilustração de Maurício Negro novamente apresenta a predominância de tons em marrom, em coerência com a paisagem alaranjada do entardecer. Desse modo, é lembrada a tradição munduruku de acompanhar o caminho do kaxi (sol) pelo céu. A figura em perfil do curumim, ilustrado em marrom, segurando o arco e os peixes, mostra a importância da caça e pesca para a sobrevivência do indígena. A imagem do pássaro em liberdade no alto da capa medeia e completa esta unidade de cor e de sentido que representa a vida do menino Manhuari na aldeia.



(capa de Um dia na Aldeia, ilustração de Maurício Negro)

Considerações finais

Ao trazerem os saberes ancestrais recuperados nas narrativas, quer pela voz do narrador ou pela narração de um personagem (um avô ou avó que narra ou canta um mito), os escritores indígenas para crianças empenham-se em transmitir conhecimentos que perpetuem a sabedoria de seu povo. Nas histórias desses autores é posto ao leitor o cotidiano na aldeia, propiciando a excursão pela comunidade, bem como o exercício da alteridade.

Os saberes ancestrais que são representados nos livros indígenas não se restringem ao exotismo de paisagem ou às curiosidades sobre a cultura alheia, mas apresentam a forma como se organiza a vida em comunidade e possibilitam a reflexão sobre a diversidade étnica e os direitos indígenas.

Nas narrativas de Jecupé e Munduruku podemos conhecer costumes e ritos preservados que nos indicam como se dá a relação humana desses povos, a relação com a natureza, o cuidado com os bichos, com o próprio corpo e o respeito com os mais velhos.

Diferentemente da narrativa escrita pelo autor não-índio, os autores indígenas não se dedicam à perspectiva patriarcal, à moralidade ou à correção do comportamento infantil. O cotidiano relatado na aldeia, tanto na história de Jecupé, quanto na história de Munduruku, não apresenta correção do comportamento dos meninos protagonistas, tal como a recriminação à mentira durante brincadeiras ou a modelação do comportamento da criança exemplar, nos moldes como reconhecemos em obras da literatura infantil do século XX. Carlos, Mirim, Manhuari e seus amigos vivenciam a infância na aldeia aprendendo com os mais velhos, participando de seus ritos, sem passarem por castigos ou recriminações de suas atitudes. A prática de pitar um fumo, por exemplo, sagrada para os guaranis, não é proibida às crianças indígenas. Os meninos vivenciam as práticas na aldeia, compreendendo que são costumes espirituais, parte de uma sabedoria ancestral. Jecupé e Munduruku constroem narrativas para crianças assumindo a voz práxis e politizante, dando uma resposta ao discurso do colonizador que costuma figurar nas obras de autores não-índios, recuperando o protagonismo de narrativas indígenas.

Desse modo, a literatura de autoria indígena compõe o polissistema literário brasileiro, em diálogo e em resposta à literatura de temática indígena de autores não-índios, reordenando e ocupando o lugar de fala dos autores nativos. O repertório dessa narrativa trouxe nova dinâmica à escrita para crianças, com a interação da multimodalidade de formas que integram ilustração, grafismos, desenhos, oralidade, elementos rítmicos e performáticos. A ilustração de Maurício Negro, nas duas obras indígenas, alcança a coerência intersemiótica necessária para que possa dar unidade, forma e sentido, à imagem dos personagens e à paisagem representada, dialogando com a escrita dos autores e participando dessa multimodalidade.

A literatura infantil indígena mostra um compromisso com a representação étnica e com o prazer estético. Os autores reafirmam a identidade indígena, ao pôr em prática o ativismo e conseguir expressar a voz das minorias, que é também a sua voz; representando e se autorrepresentando. A literatura destinada a um público infantil se fortalece e se enriquece nesse processo de representação, agradando ao leitor e atendendo à necessidade de uma educação para a diversidade étnica, em tempos flagrantes de exclusão e recorrentes preconceitos que limitam cada vez mais o direito indígena de ser e agir em sociedade.

REFERÊNCIAS

DANNER, Leno F.; DORRICO, Julie. DANNER, Fernando. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. Rio de Janeiro. **Revista ALEA**, vol. 22/1, p. 59-74, jan-abr 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/20202215974>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DARNTON, Robert. Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe ganso. In: DARNTON, R. **O Grande Massacre de Gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1996, págs. 21-101.

DORRICO, Julie. Literatura infanto-juvenil: Ouvir a diferença. 2020. **Quatro cinco um**. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/literatura-infantojuvenil/ouvir-a-diferenca>. Acesso em: 02 fev. 2022.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoria dos polissistemas. Trad. Luis Fernando Marozzo; Carlos Rizzon; Yanna Karlla Cunha. **Revista Translatio** (Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva). UFRGS. N. 05. Ano 2013. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/42899>. Acesso em: 05 fev. 2022.

GRAÚNA, Graça. **O direito à literatura indígena**. 2009. Disponível em: <https://ggrauna.blogspot.com/2009/04/o-direito-literatura-indigena.html>. Acesso em: 05 fev. 2022.

JEKUPÉ, Olívio. **Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena**. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global, 2011.

MANEVY, Alfredo. **Terras Indígenas no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. **Autoria indígena na produção infanto juvenil contemporânea**. UEM, 1999. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **Um dia na aldeia, uma história munduruku**. Ilustração de Maurício Negro. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

NOVAIS, Carlos Augusto. Literatura indígena. **Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. 2014. Disponível

em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/literatura-indigena>. Acesso em: 10 de fev. 2021.

SAMPAIO, Leila Silvia; OLIVA, Luzia Aparecida. Entrevistas com Márcia Wayna Kambeba e Olívio Jekupé. In: PEREIRA, Danglei C.; OLIVIERI-GODET, Rita; SANTOS, Rosana C. Z. Dossiê: Tensões identitárias, diálogos e desafios na representação do indígena na literatura brasileira desde o século XVI. **CERRADOS** (REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA); ano 30, Brasília, p. 472-481, mai 2021.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. **O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração**. Tese (doutorado em Letras/Literaturas em Língua Portuguesa) UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 20-246. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109114>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

THIÉL, Janice Cristine. A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural. **Revista Educação e Realidade**, v 28, n. 4, p. 1178, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/PJsZ4S3t-MLKBmyJ83VKXcQg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 Jun 2019.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1984.

A autora

Rosana Rodrigues da Silva - Possui doutorado em Letras pela UNESP-São José do Rio Preto-SP (2003) e mestrado em Letras pela UFRGS, campus de Porto Alegre- RS (1997). Graduou-se em Letras pela UNESP, campus de Assis-SP (1992). Professora efetiva da UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso), campus de Sinop- MT, do curso de graduação em Letras, do Mestrado profissionalizante (PROFLETRAS) e do mestrado acadêmico (PPGLetras). Possui experiência na área de Literatura Infantil e Juvenil; Ensino de literatura; Teoria do texto poético; Literatura brasileira produzida em Mato Grosso. Integra o grupo Estudos comparativos de Literatura: tendências identitárias, diálogos regionais e vias discursivas; é membro do Grupo de Trabalho “Leitura e Literatura Infantil e Juvenil” (ANPOLL). Integra o conselho editorial e consultivo da Revista de Letras Norte@mentos (ISSN 1983-8018). Coordena o projeto de pesquisa atual “Educação literária em contexto escolar mato-grossense: análise, crítica e ensino na formação do leitor”.